

Sant'Anna promete contrapartida se o Bloco for eficaz

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, discorda das exigências feitas pelo grupo Centro Democrático reivindicando "prestígio do presidente José Sarney". Antes de qualquer exigência os parlamentares têm que se preocupar em formar o grupo suprapartidário para garantir a aprovação de uma Constituição "liberal, democrática e de centro" afirmou "Depois disso o prestígio do Palácio do Planalto virá como resposta à nossa competência".

Sant'Anna, no entanto, lamentou que "enquanto estamos defendendo teses desgastantes, existam pessoas do PMDB — marxistas de dupla militância — com força no Governo que não temos". O líder prefere não se preocupar com o fato, acrescentando que poderá ser resolvido com "alguns reparos".

O deputado baiano não acredita porém que o desprestígio dissolverá o grupo de sustentação e apoio ao Governo. Na sua avaliação, isso é apenas um sintoma momentâneo, que será superado pela necessidade da união não só partidária como suprapartidária.

Suprapartidário

As negociações para a formação desse bloco, segundo o líder do Governo, serão iniciadas na

próxima semana. Ontem, porém, Sant'Anna promoveu em seu gabinete, no quinto andar do anexo IV, uma reunião com parlamentares do Centro Democrático e do centro, representados pelos deputados Roberto Cardoso Alves e Prisco Viana (BA).

Para ele, esse é o verdadeiro clima pós-convenção. Os moderados — como ele define — "têm consciência desse momento e saberão se unir". Carlos Sant'Anna adiantou que as negociações de aproximação com o PTB já se iniciaram através de um colega de partido. "A conversa com o PTB é antiga, mas mesmo assim, ficamos satisfeitos em saber que o Gastone Righi aceita dialogar".

O líder do Governo não aceita as contestações, feitas inclusive pelo deputado Ulysses Guimarães, em relação a articulação do bloco. Afirma que o momento é constitucional e por isso extrapola os interesses partidários. "Só devemos nos preocupar com as identificações ideológicas".

Ressalta que esse é o trabalho importante no momento, acrescentando que todas as outras questões devem ser deixadas de lado. Reitera que prestígio político não está em questão.

Líderes não endossam apoio

Josemar Gonçalves

Pelo menos em três agremiações visadas pelo líder do Governo na Constituinte, deputado Carlo Sant'Anna, como virtuais integrantes do bloco suprapartidário governista, houve, ontem, reação à idéia do alinhamento automático de suas respectivas bancadas, no apoio ao presidente José Sarney.

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi — cuja bancada conta com 19 representantes na Constituinte — entende que o problema do bloco suprapartidário foi "mal colocado pelo líder Sant'Anna".

Righi explicou que acha necessária a formação desse bloco em torno da Constituição, para que a Constituinte possa fazer "o melhor trabalho possível, em termos de aspirações nacionais".

Evidentemente, podemos até chegar ao bloco de apoio ao presidente Sarney — acrescentou Righi —, mas, note bem, em alguns assuntos de interesse do Governo, talvez seja impossível qualquer acordo".

Entre esses possíveis temas de divergência, o líder do PTB mencionou a duração do mandato presidencial. Segundo ele, na hipótese de aprovação do parlamentarismo, "não me custa nada apoiar até seis anos de mandato para Sarney. Aprovado, porém, o presidencialismo, serei favorável ao mandato de quatro anos".

Reação idêntica, em face da proposta do bloco suprapartidário, tem o vice-líder do PDS na Constituinte, deputado Adilson Mota, do Rio Grande do Sul. Na opinião de Mota, a maioria dos 37 constituintes pedessistas é contrária à participação nesse bloco de apoio ao Governo. Dentro da bancada, aliás — conforme revelou o líder Amaral Neto — prevalece a tese do mandato presidencial de quatro anos.

Embora falando em nome pessoal, o deputado Alcenir Guerra (do PFL paranaense, cujo partido integra a Aliança Democrática que apóia o Governo), faz restrições à proposta de Sant'Anna, assinalando que, em torno da tese do bloco, "estão se criando expectativas difíceis de atingir".

O entendimento suprapartidário quanto à Constituinte, porém, é admitido por quase todas as agremiações. O vice-líder do PT na Câmara, deputado Plínio Sampaio (SP) acha possível tal acordo,



Arantes apóia, "só com o povo"

em torno das questões não controvertidas, e a decisão, através do voto, no caso dos assuntos polêmicos, como a reforma agrária, Tribunal Constitucional, concessão de meios de comunicação de massa pelo Congresso, conceito de empresa nacional, sistema de Governo, reserva de mercado, mandato de Sarney, ensino público, tratamento de capital estrangeiro e outros temas.

Nesse caso, o deputado Aldo Arantes, do PC do B de Goiás, também é favorável ao entendimento. Defende o parlamentar comunista, no entanto, a separação dos temas controvertidos, para votação isolada de cada um, após um período razoável, destinado à conscientização popular em torno de todos eles.

Mesmo no PL, com sete constituintes, outra agremiação com que parece contar o líder do presidente Sarney na Constituinte, há divergências quanto ao tema de maior preocupação do deputado Carlos Sant'Anna. Ontem, o senador Itamar Franco, líder do Partido Liberal no Senado, encaminhou emenda ao projeto de Constituição, determina que o mandato do presidente Sarney se esgote em 15 de março de 1989, sendo seu sucessor eleito pelo voto direto, em 15 de novembro de 1988.

Planalto nega iniciativa de formar bloco

O presidente Sarney não está interessado na criação de um bloco suprapartidário governista na Constituinte, como pretende o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, mas quer que partidos como o PL, PDC, PDS e PTB engrossem a Aliança formada pelo PMDB e PFL, segundo informou, ontem, o porta-voz da Presidência, Frota Neto.

"A intenção do presidente da República não é dividir o PMDB, porque dessa forma seria mais difícil o Governo negociar com vários líderes", explicou Frota Neto. No Palácio do Planalto, a avaliação é que Sarney não teria nenhuma vantagem em trocar a liderança do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pela do deputado Carlos Sant'Anna.

O porta-voz destacou ainda que o Presidente não vai incentivar a formação do bloco suprapartidário, mas também não irá inibir a ação do líder Carlos Sant'Anna. A seu ver, não é função do Governo criar uma nova facção, uma vez que já existem dois partidos que o apóiam dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Depois de esclarecer que não foi iniciativa do presidente Sarney a idéia de criação de um bloco governista suprapartidário, Frota Neto assinalou que, desde o início do Governo, o Presidente vem defendendo a ampliação da base de sustentação política da Aliança Democrática, através de um pacto político.

"É uma proposta política do presidente da República porque, segundo ele, um entendimento nacional reduziria o custo político, social e econômico para a saída da crise", assegurou o porta-voz. O pacto político — diversas vezes tentado pelo Governo, sem sucesso —, teria a participação dos partidos representados no Congresso Nacional e das lideranças dos trabalhadores, além de entidades da sociedade civil.

Indagado se o apoio ao Governo, de partido como o PTB, não implicaria numa contrapartida, como a entrega de cargos públicos aos novos aliados, Frota Neto respondeu que a contrapartida do Governo é o processo de transição democrática e que "políticos não é moeda de troca".

"Centro" decide exigir definição

O grupo Centro Democrático do PMDB, liderado pelos deputados Carlos Sant'Anna e Expedito Machado, está se sentindo desprestigiado junto ao presidente José Sarney. Por isso exigirá na próxima semana que o Palácio do Planalto tome uma postura mais definida em relação aos parlamentares que dão apoio e sustentação ao Governo. Depois da primeira avaliação dos resultados da Convenção Nacional do partido o grupo decidiu que não aceitará mais a manutenção de parlamentares que votaram contra o governo em cargos públicos.

Favorecidos

Além de exigir prestígio, o Centro-Democrático denuncia os que continuam "favorecidos" depois do confronto de opiniões na Convenção. Apontam como exemplo os deputados Paulo Ramos (RJ), que controla o INPS em seu estado; Chico Pinto (BA), controla uma estatal não identificada; e Otávio Elisio e o senador Ronan Tito (MG) — que têm o controle da Acesita.

Segundo o deputado Marcos Lima (MG) a indefinição do Palácio do Planalto está causando o esvaziamento do grupo. "Muitos de nossos colegas estão chegando a conclusão de que não vale a pena tanto esforço se o próprio interessado não tem postura definida."